

NEOFASCISMO E EDUCAÇÃO: UM PROJETO DE DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO CIDADÃO

Filipe Kamargo de Santana¹
Renata Pereira da Uchôa²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar a interação entre os elementos neoliberais e as posturas neofascistas que se desenrolando por todo o ocidente capitalista. Visando demonstrar como a ascensão das posturas neofacistas interagem com a anulação dos valores educativos enquanto parte dos direitos instituídos do cidadão. Partindo do pressuposto que, o desgaste nas bases constitucionais fundamentais das experiências educativas vem sendo influenciado por uma manipulação e retirada desses elementos do ciclo crítico, sendo alocados na lógica de submissão aos interesses puramente econômicos. Para isso será utilizada uma metodologia teórico-bibliográfica, tendo como principal foco, os trabalhos de Pierre Bourdieu (2007), Gramsci (1979), Shelesener (2020) e Rebuá (2020). Ao fim desta análise é possível perceber que a crescente lógica neofascista direcionada à educação, procura destituí-la de seu papel crítico e produtor de autonomia, estabelecendo uma dependência na formação, tornando os sujeitos submissa aos desejos de mercado. O humano se desvanecendo em uma microempresa pessoal, que se move visando apenas lucro e a manutenção do *status quo*.

Palavras-chave: Educação, Formação humana, Neoliberalismo, Neofascismo.

INTRODUÇÃO

Uma vez que, a educação é essencial para que os sujeitos possam interagir com as suas comunidades, ao apresentar suas normas, direitos, deveres e interesses, mas, ao mesmo tempo, estabelecendo ferramentas intelectuais visando autonomia dos sujeitos. Já que, historicamente, a educação tem se configurado como um espaço de materialização dos valores que dão significado ao ser cidadão e ser um sujeito humano.

No projeto pedagógico da modernidade, intrinsecamente ligado à ascensão do capitalismo, por sua vez, as práticas educativas passaram a ser circunscritas pela submissão a um modelo identitário do humano, definido pelo seu caráter subjetivista e

¹ Graduado do Curso de Licenciatura em História e mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, filipekamargo@live.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia e estudante de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, renatapsuchoa@gmail.com.

cognitivista. De modo que, como ressalta Pierre Bourdieu (2007), a educação tem contribuído para uma manutenção das estruturas da classe dominante, na medida em que sua formação tem visado tornar o homem cada vez mais aclimatado às suas classes econômicas, sociais e culturais, tornando a vida desses indivíduos assujeitada a um processo que dificulta e muitas vezes tenta impossibilitar sua capacidade crítica, bem como, a possibilidade de ampliação de seus horizontes.

Para Pierre Bourdieu e Luc Boltanski, o campo educacional, é um espaço de constante tensão, as suas ações ao mesmo tempo que validam e preparam alicerces para o desenvolvimento capitalista, também geram mecanismos de resistência e negociação com o núcleo de comando do capitalismo (BOURDIEU; BOLTANSKI, 2007). A ambiguidade e dualidade a qual o trabalho educativo é submetido representa um limite do poder de ação do capital, que há muito deseja fazer do processo educativo uma ala absolutamente subserviente à produção empresarial (BOURDIEU; BOLTANSKI, 2007). No entanto, a educação resiste, uma vez que seu embasamento científico e crítico lhe obriga a ver além das ideologias de seu tempo, lhe torna núcleo de resistência.

A ciência não toma partido na luta pela manutenção ou subversão do sistema de classificação dominante, ela o toma por objeto. [...] Em suma, a ciência não opõe um julgamento de valor a outro julgamento de valor, mas constatado o fato de que a referência a uma hierarquia de valores está objetivamente inscrita nas práticas e, em particular, na luta da qual essa hierarquia é objeto de disputa e que se exprime em julgamentos de valor antagônicos. (BOURDIEU, 2007, p.38)

É sabido que o Neoliberalismo, uma dessas forças antagônicas ao processo educativo, que se desenvolveu, ascendeu e ganhou hegemonia no século XX, tende a se aliar com elementos e ações que visam a restrição dos direitos e a tomada total do espaço público a partir da lógica do capital. A educação mantém uma luta acirrada contra esses valores há algumas décadas, e embora venha resistindo bravamente, seus espaços estão sendo tomados diariamente. Muitas escolas já se movem por uma lógica de metas de crescimento de números contínuas, os alunos ingressam no sistema escolar visando a pura e simples inserção no mercado de trabalho; os valores formativos do cidadão, a interação, compreensão e ação para mudança social e o conhecimento de aplicação crítica e autônoma se tornam, cada dia mais irrelevantes (CHARLOT, 2007). A lógica formativa contemporânea passa lentamente, mas de modo constante, a ver na

formação, um espaço de inserção na dinâmica de auto reprodução dos valores neoliberais, abandonando seu elemento de embate e resistência crítica, sua experiência enquanto direito de um cidadão.

Nesse sentido e tomando a ascensão dos elementos neoliberais como um dos motores fundamentais da emergência e crescimento do neofascismo na sociedade contemporânea, especificamente na educação, este artigo pretende discutir a forma como esses discursos agem no debate educacional, em sua ação que visa retirar da educação o seu status de direito social instituído. Alocando-a em um regime de submissão ao desejo de um líder e sua ideologia, bem como, aos interesses de uma elite financeira da sociedade.

Para isso, o conceito de neofascismo será abordado e discutido no decorrer do texto, estabelecendo suas aplicações ideológicas dentro do meio educacional. Será utilizada uma metodologia teórico-bibliográfica, tendo como principal foco, os trabalhos de Pierre Bourdieu (2007), Gramsci (1979), Shelesener (2020) e Rebuá (2020). Demonstrando as interfaces despolitizadoras, ativas na tarefa de destituir os sujeitos de direitos básicos enquanto cidadãos. A educação como direito instituído para o desenvolvimento crítico dos sujeitos é um grande inimigo para o neofascismo.

METODOLOGIA

A presente proposta de pesquisa tem um caráter qualitativo apresentando-se como uma investigação teórico-bibliográfica, cuja preocupação é investigar outros pontos de vista para a temática da educação enquanto formação humana. Trata-se de uma pesquisa que prioriza o tratamento de conceitos, tendo na abordagem interpretativa seu traço marcante (ESTEBAN, 2010). A pesquisa tem em seu cerne o desejo de apresentar novas análises acerca dos problemas pedagógicos, visando a partir disso redimensionar o aspecto relacional entre a formação humana, educação e ação dos sujeitos na atualidade.

Vale sempre lembrar que uma pesquisa teórica não é meramente uma leitura exegética de uma determinada bibliografia, a mesma envolve também a capacidade crítica do pesquisador a fim de apontar novos usos para leituras já instituídas, e assim

contribuindo para “transformar pessoas e instituições com o desenvolvimento do conhecimento” (ESTEBAN, 2010, p.137).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Educação e republicanismo: reflexões sobre cidadania

Ao tratarmos de educação no Brasil, é fundamental compreendê-la como um direito social instituído a todo cidadão pela Constituição Federal (1988), expresso no artigo 205, como se pode ver: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Entende-se que a concepção de educação republicana vigente em nossa sociedade, se consolidou a partir da necessidade de diminuição das desigualdades sociais; ampliadas historicamente mediante os reflexos do capitalismo e a organização de valores cidadãos que colaborem com a superação das adversidades sociais. Muito embora os processos educativos tenham sido utilizados pela lógica capitalista para capitalização das massas, as concepções racionais e críticas da educação nunca puderam se calar mediante o desenvolvimento desse regime econômico, bem como o crescimento e complexificação das mazelas sociais vindas a seu reboque. Nesse sentido, a educação também edificou em sua construção, a responsabilidade de atuar no combate às expressões resultantes dessa relação, tendo por finalidade contemplar a formação integral dos indivíduos, no tocante à formação humana, política e social.

Sendo assim, segundo Flávio Brayner (2007), buscar compreender a educação republicana como um processo de formação humana, que assegura ao indivíduo o acesso a saberes, a capacidade de pensar e refletir, argumentar e julgar criticamente é uma necessidade para a vida em sociedade. Delegando aos sujeitos a possibilidade de fazer frente, de forma consciente e reflexiva, as suas escolhas nos âmbitos sociais e políticos, consequentemente, viabilizando sua participação na esfera pública. Estas são as características que denominam e materializam o que seriam as condições de cidadãos ativos.

Ao pensar nessa relação, busca-se compreender a concepção sob cada um desses conceitos básicos, que são motores das sociedades contemporâneas. Inicialmente, para

compreender o princípio de uma democracia, numa conjuntura moderna, numa perspectiva universal, Patrice Cavinez (1998, p.112-113) afirma que:

Cada cidadão é considerado um participante, de direito, do debate político. Isso significa não somente que cada um tem o direito à palavra, mas também que cada um pode tomar parte nas decisões, aceder às responsabilidades fazendo valer a pertinência de suas ideias etc.

Mediante a essa reflexão, partimos da idealização que toda ação consciente do cidadão precisa ser pensada, crítica e reflexiva. Sendo assim: “A ação é, portanto, um modo de existência no sentido forte do termo. É na ação que a comunidade existe enquanto comunidade política. É também na ação que o indivíduo existe enquanto indivíduo humano. (CAVINEZ, 1998 p. 138).”. A cidadania exige a ação dos sujeitos e sua concepção crítica de si e do mundo, e é dever da educação construir as condições para o desenvolvimento desses valores e habilidades.

Essa é a compreensão de que uma ação política é considerada não como um conjunto de técnicas a serem apropriadas, mas sim, competências a serem desenvolvidas também no âmbito educacional. Para isso, não só a política, mas também o campo educacional, devem ser compreendidas como uma maneira de estar presente no mundo, e se fazer autêntico, ser atuante (falar, tomar decisões e também provocar reações). Se constituindo em meio a uma questão de pluralidade, uma vez que, a sociedade é um corpo político em sua totalidade, constituído de sujeitos pensantes e capazes de atuar em suas variadas instâncias.

Quando se debruça o olhar sob a educação no Brasil, percebe-se o fortalecimento de uma política econômica centrada em desenvolver o capital humano, mantendo um incentivo mínimo junto as políticas sociais e os investimentos Estatais, que defende o livre mercado e a atuação "lógica" do Estado mínimo, além de estimular continuamente as desigualdades sociais por meio da exploração e acumulação de capital. É sobre estes aspectos que a educação no Brasil vem sendo posta à sociedade, é sob essa construção sintética e falsa de cidadania que tem se tornado, que as políticas educacionais têm se hegemônizado no horizonte educacional do Brasil. Sendo assim, seguindo um movimento global, se constrói uma nação centrada em empresas e negócios, que não possui consciência da importância de sua atuação política. Algo que pode ser constatado nas concepções de Lamounier:

Não estaremos a revelar nenhum segredo dizendo que a grande maioria dos nossos atuais círculos governamentais e parlamentares não acredita no povo brasileiro como entidade consciente, não lhe reconhecendo, portanto, nenhuma capacidade de discernimento e deliberação. O que se ouve a cada passo é que este povo, dado o seu grande atraso, do que precisa exatamente é de uma força que o tutele, o eduque e o conduza, protegendo-o mesmo contra si próprio, pois as suas deploráveis condições de educação e cultura o predis põem a todos os desatinos. Nesta escandalosa e certamente terrível contradição é que reside a verdadeira causa do nosso já evidente embaraço constituinte. Ou somos realmente republicanos, e nesse caso temos que aceitar a capacidade do povo, para tomá-la como base real da organização do Estado; ou não somos republicanos, e, não acreditando na capacidade do povo para governar-se, precisamos organizar lealmente o governo que o contenha, tutele e conduza convenientemente. (1981, p. 230)

Entende-se que, essa concepção de cidadania e de educação difundida e expressa na sociedade e na fala de Lamounier, se trata, cada dia mais, de uma concepção concreta e ativa no Brasil. Os elementos republicanos e democráticos apresentados na constituição, se desgastam diariamente e perdem o valor entre a população. Em verdade, a educação continua a ser alvo, mas agora, um alvo explícito dos interesses neoliberais com suas perspectivas e vertentes neofascistas, algo que será melhor desenvolvido no próximo tópico.

Ascensão neoliberal: rumo ao campo educacional

Não é novidade para a educação o avanço do aparato econômico sob as suas atividades, desde a segunda metade do século XX, pensadores desse setor já integram e tentam fazer parte dos debates educacionais, visando tornar esse espaço, local de discussão para promover seus serviços junto ao setor econômico neoliberal. O trabalho de Theodore W. Schultz, um economista pioneiro nessa problemática, traz à tona muitos desses interesses para com a educação. Para ele a economia deve se meter no campo educacional e fazer parte de seu regimento, e tanto a instrução, que se caracteriza como sendo apenas os serviços de ensino fornecidos pelas instituições para os alunos aprenderem; quanto a educação, o que vai além da instrução, e que faz o conhecimento ultrapassar a instrução e as instituições (1973), devem fazer parte do panorama de estudos e interferência econômicos.

Para Schultz, em uma vivência social saudável, a educação está pautada diretamente no que cerne a estrutura cultural de uma sociedade, sendo o processo

educativo, também, um processo de afirmação cultural, e toda cultura está diretamente ligada ao movimento econômico da sociedade. Para o economista, os educadores estão perdidos nesse debate "Nem os cientistas e educadores, realmente sabem, na acepção de possuírem conhecimento antecipado dos problemas que conduzirão a resultados básicos." (SCHULTZ, 1973). Uma vez que, esses, não sabem para que lado ir, a economia, com sua habilidade de ler logicamente a realidade, sob a perspectiva dos ganhos e investimentos, pode solucionar os problemas educacionais e melhorar sua interação com os interesses do mercado. Nesse sentido, a educação é parte do fenômeno cultural humano, ao qual a economia está integrada e é parte essencial, por isso mesmo deve dar seu parecer sobre a questão.

E isso inclui a educação, no domínio cada vez mais amplo, do campo de ação das atividades econômicas. Uma vez que, a instrução e a formação afetam o presente e também o futuro, trata-se de um investimento a longo prazo, e é passível de ser analisado dentro da Teoria do investimento, onde o *Capital humano* se torna o material de análise e especulação. Questão que se apresenta fortemente influente em inúmeros autores atuais e que se mostra claramente no texto de Simon Shwartzman e Claudio de Moura Castro (2013), autores que afirmam que os investimentos em educação são elencados como investimentos no *capital humano*, propícios a estabelecer uma relação de lucros ou de perdas, de acordo com a forma com que são geridos. As leis de mercado devem e atuarão nessa variável para guiá-la ao caminho do lucro.

Ou seja, os elementos econômicos, especificamente a lógica neoliberal que está implícita no pensamento de Schultz, devem se fazer presentes dentro da estruturação do planejamento educacional, pois a economia é um elemento essencial para a edificação de todas as relações sociais, culturais e afetivas dos sujeitos. O que Schultz parece não observar, ou decide não discutir de forma complexa, é que os valores que movimentam a economia capitalista não contemplam a ampla experiência de viver em sociedade. Não deseja ver que é mais importante a interação com a educação enquanto um direito social e político, direito esse, necessário para que a população possa exercer a cidadania e também a crítica frente às problemáticas sociais, culturais, afetivas e também econômicas. A submissão da educação a economia é a manutenção das mazelas neoliberais, a ligação com a cidadania e a instituição de direitos cidadãos é um elemento de crítica e busca de soluções para esses problemas e essa lógica de mercado.

Neste espectro neoliberal, o fascismo que historicamente é alimentado por uma pequena camada da nossa sociedade: a média e a pequena burguesia, que acredita que tudo pode ser resolvido a base de "metralhadoras e tiros de pistola" (GRAMSCI, 1921, p.89). Algo que remete a uma realidade tão atual, que alimenta e difunde socialmente a ideia de superioridade e moralidade de uma classe e ideologia frente a todo um mundo em decadência ao redor. São estes princípios que norteiam e fundamentam as estruturas sociais dessas camadas intolerantes, esta pequena minoria que sabota, até mesmo, a ideia de um Estado burguês, abrindo espaço para que a violência privada dite as regras de funcionamento da nossa sociedade (GRAMSCI, 2004). Ao se vincular a política econômica, tomando uma nova roupagem, o contemporâneo neofascismo, cresce sua força ao ser utilizado como ferramenta de desmonte de direitos políticos e sociais, a fim de promover e manter as desigualdades sociais.

Um dos maiores elementos do fascismo ocidental é a desumanização, ela facilita o processo de exploração da vida e cerceamento da mesma, se for necessário (GRAMSCI, 2004). Uma vez que, os sujeitos se transformam em *capital humano*, subentende-se que sua humanidade se torna secundária e o apelo de sua existência e força de trabalho será primordialmente devotada a experiência de manutenção do capital. No neofascismo, esse elemento se estende não apenas ao inimigo, mas também ao sujeito que está inserido dentro do próprio grupo ideológico. De acordo com sua classe, cultura, sua raça etc. cada um recebe as leis de subserviência que deve seguir a risca para manter sua existência.

Neofascismo e educação

A sociedade contemporânea enfrenta o desenvolvimento de uma série de novas problemáticas, pós-verdade, pós-humanidade, disseminação descontrolada de *fake News* e etc. Em meio a essa efusão de novos elementos e desafios sociais, é preciso dar destaque e uma devida atenção ao crescimento acelerado das perspectivas neofascistas no mundo, que representa uma continuidade histórica dos elementos fascistas do século XIX. Essa ideologia crescente, que atua constantemente para tornar a existência dos sujeitos desumanizada e submissa a uma lógica neoliberal poderosa, visa eliminar o Estado de bem-estar social e entregar o humano a uma lógica empresarial (SHELESENER, 2020). Trata-se de uma perspectiva em que o fascismo tem se

renovado em nossa sociedade e entrado novamente em um fluxo crescente de desenvolvimento.

Já não é uma novidade a colocação do homem sob um status numérico, mas a sua integração a uma lógica empresarial, onde nos tornamos CNPJs cujas existências devem servir unicamente a reprodução do capital e sua lógica consumista, é algo estarrecedor. O neofascismo atrelado às posturas neoliberais deseja dar fim à luta e de construção conjunta que levaram a um mínimo de desenvolvimento crítico dentro das escolas e dos processos educativos contemporâneos, tornar a desumanização algo comum.

O fascismo odiava o conhecimento fundamentado e reflexivo, não eram à toa os seus ataques a universidades, intelectuais, censura e queima de livros, jornais e etc. Com o neofascismo se pretende ir além, fazer das posturas educativas um trabalho ideológico de manutenção do autoritarismo e da pobreza, partindo desde a infância e dotando os sujeitos de uma culpabilização individual constante dos sujeitos por conta de todo e qualquer fracasso, isentando o sistema político, as mazelas sociais e toda uma estrutura econômica e cultural de sua responsabilidade (GADELHA, 2009).

Xenofobia, ódio ao diferente e manutenção de padrões moralistas defasados também são parte desses valores neofascistas, justamente locais onde a educação, especificamente áreas como a sociologia, filosofia e história costumam atuar, são constantemente ameaçadas e atacadas. Ao ponto dos seus cursos em universidades públicas terem sido ameaçados de extinção ou de cortes severos em suas verbas anuais, que são justamente os cursos com maior diversidade racial (G1, 2021). No Brasil em meio a esse padrão global também crescem os ataques as minorias étnicas, comunidades tradicionais, e crimes raciais, bem como o ódio e a violência às mulheres e as populações lgbtqi+ que ascendem nos gráficos vertiginosamente. É o crescimento de uma socialização por medo, se submetendo a superexploração do trabalho, subordinação dos corpos, ódio de classe, militarização da educação e etc. (REBUÁ, 2020).

Estes são elementos que aos poucos tem consolidado, materializado e naturalizado as ideais e perspectivas neofascistas que circundam as estruturas sociais e por consequência o âmbito das reproduções das relações sociais. Dia após dia se impregnam na educação, retirando da mesma, todo o seu potencial e valor crítico e reflexivo, desembocando suas atividades em uma simples instrução dos sujeitos de acordo com a demanda do capital. O espaço da educação como ferramenta, ainda que

limitada, indispensável para questionar essa ordem imposta na sociedade e como uma fonte de informações, conhecimentos e experiências que permitirão a superação desse senso comum, uma fuga dessa condição subalterna e desse processo de desumanização (BRAZ, 2012), tem se tornado cada vez menor e ameaça ser extinto muito em breve.

O projeto econômico, político e ideológico das classes dominantes se apresenta como uma nova estratégia de acumulação capitalista, que se vale da internacionalização do capital, com o auxílio do conhecimento socialmente produzido e apresentado na forma de novas tecnologias de produção e de comunicação, que favorecem as grandes corporações transnacionais. (SCHLESENER, 2020, p.87)

Seus objetivos de dar fim aos direitos sociais e trabalhistas, fomentar o individualismo e o empreendedorismo individual favorecem a morte da ideia de educação enquanto um direito instituído. Alocando esse elemento como um espaço conjuntural e dependente da necessidade do mercado e da capacidade de sucesso empresarial de si, de cada sujeito em sua formação. A preocupação com a vida cidadã, com a diminuição da pobreza e desigualdade dão lugar a fundamentalismos religiosos, políticos e morais, bem como a naturalização do sofrimento e da pobreza. O exercício dos direitos democráticos, se torna um impasse para os planos dos defensores desses valores (SHELESENER, 2020, p.88). A partir do momento que a educação encontra esse jogo e se torna utilizável por essas ideologias para a sua propagação, seu aspecto cidadão e de composição social e comunitária crítico se despedaça.

Retirar o aspecto político do ato educador, como tem sido feito recentemente no Brasil, notado com clareza nas tentativas do governo de retirar conteúdo de diversidade étnica e cultural no Brasil, ausência de menção às violências contra mulher, possibilidade de bibliografia não científica nos livros didáticos, são tentativas do governo atual de destruir a educação (REBUÁ, 2020). A tentativa de retirada de disciplinas como sociologia e filosofia bem como alterações na lógica de ensino e nos conteúdos ministrados pela história, também mostram a intensão do elemento neofascista. Esses textos e campos de conhecimento que representam acordos e compromissos da educação com o desenvolvimento da sociedade, passam a se abster de um debate e de um papel cidadão em meio a contemporaneidade, deixam de ter uma atuação na manutenção desse direito político e instituído que é a atividade educacional, seja ela escolar ou não-escolar. Trata-se da expansão de uma caminhada "num processo

de educação que rompe com estatutos democráticos e estabelece um novo tipo de relação entre educação e segurança, cidadania e controle." (REBUÁ, 2020, p. 175).

A barbárie novamente passa a acometer a existência dos sujeitos contemporâneos, e em meio ao seu crescimento, a educação enquanto direito cidadão e instituído se torna um inimigo a ser derrotado e controlado sob novas bases e elementos. Tornando-se necessária a interação do campo educacional com esses debates de forma cada vez mais urgente, a educação cidadã, crítica e em busca de autonomia de pensamento, tornou-se uma inimiga neofascista e neoliberal, e por isso mesmo representa uma clara ala de resistência a ser defendida nesses tempos de retrocesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob essa perspectiva torna-se simples fundamentar a necessidade de discutir essa temática, principalmente em defesa uma educação que desenvolva essa consciência de formação cidadã e crítica, para que de fato seja alcançada a formação humana e social voltada para as vivências sociais. Uma vez que, é por meio desta que se desenvolve a criticidade, a consciência de classe, a percepção das barreiras invisíveis na sociedade resultantes da presença do neoliberal e neofascistas nesse espaço de reprodução.

O neofacismo aliado ao sistema de acumulação e exploração precisa ser abolido, sem isso, as correntes autocráticas de governo continuarão a encorpar novas roupagens e se farão presente no campo de reprodução das relações sociais. É apenas escapando desses elementos que os sujeitos podem transcender as suas concepções de mundo para além de si e volta-se para si; começando a se perceber como força revolucionária e de transformação social. Manter e trabalhar constantemente para estabelecer a educação enquanto um direito político instituído que deve atuar para desenvolver, aperfeiçoar e sanar os problemas e conflitos sociais, é manter o caráter autônomo e crítico da educação em meio a sociedade contemporânea. Elementos essenciais para que os sujeitos possam superar as mazelas sociais e trabalhar para uma superação e renovação constante das sociedades em meio às dificuldades que enfrentam e enfrentarão no decorrer da história.

REFERÊNCIAS

BRAZ, M. **Mudança no perfil das lutas de classes e modismos conceituais: o tormento de Sísifo das Ciências Sociais.** In: BRAVO, M. I. S.; MENESES, J. B. Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos. São Paulo: Expressão Popular, 2012

BRAYNER, Flávio. **Educação e Republicanismo— Experimentos Arendtianos para uma Educação Melhor.** Brasília: Liber Livro, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Método científico e hierarquia social dos objetos. In. NOGUEIRA, Maria Alice. CATANI, Afrânio. **Escritos de educação: Pierre Bourdieu.** 9 ed. Vozes, Petrópolis, 2007.

BOURDIEU, Pierre. BOLTANSKI, Luc. O diploma é o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In. NOGUEIRA, Maria Alice. CATANI, Afrânio. **Escritos de educação: Pierre Bourdieu.** 9 ed. Vozes, Petrópolis, 2007.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?!** Tradução: Estela dos Santos Abreu, Cláudio Santoro. Campinas – SP: Papirus, 1991.

CHARLOT, Bernardo. **Relação com o saber, formação de professores e Globalização.** Porto Alegre: ARTMED, 2007.

GADELHA, Silvio de Souza. **Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo.** PDF, 2009.

G1, Portal de notícias. **Sob ameaça de cortes no governo Bolsonaro, cursos de ciências sociais e humanas concentram diversidade racial.** Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/09/sob-ameaca-de-cortes-no-governo-bolsonaro-cursos-de-ciencias-sociais-e-humanas-concentram-diversidade-racial.ghtml>

Acesso: 20/04/2021.

GRAMSCI, Antônio. **Los dos fascismos. L’Ordino Nuovo.** 25 de agosto de 1921. In: SANTARELLI, E. Sobre El fascimo. 1979.

GRAMSCI, Antônio. **Escritos políticos.** 2 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LAMUONIER, B. **Direito, cidadania e participação.** São Paulo: Bao, 1981.

REBUÁ, Eduardo. Educação e fascismo sob o governo Bolsonaro. In. REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo Lima R.; CHABALGOITY, Diego (ORGs). Rio de Janeiro, Módulo, 2020. **(Neo) fascismos e educação:** reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação.** Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHWARTZMAN, Simon. CASTRO, Cláudio de Moura. **Ensino formação profissional e a questão da mão-de-obra.** PDF, pesquisa encomendada pelo IETS e ITV, 2013.

SHELESENER, Anita. Observações sobre o projeto geopolítico mundial de concentração do capital e seus desdobramentos na educação. In. REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo Lima R.; CHABALGOITY, Diego (ORGs). Rio de Janeiro, Módulo, 2020. **(Neo) fascismos e educação:** reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil.

ESTEBAN, Maria Paz Sandin. Cap.6 Bases conceituais da pesquisa qualitativa. In. **Pesquisa qualitativa em educação:** Fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH, 2010.